

# A fundação de «A Voz do Operário» — do «abstencionismo político» à participação no «congresso possibilista» de 1889

«Soubesse eu escrever [...]» Do pequeno círculo de tabaqueiros que à hora do almoço discutiam, em plena oficina, o agravo de lhes ter sido recusada a publicação na imprensa de uma notícia sobre a sua situação e a sua luta, a frase passou ao relato escrito. Tê-la-ia proferido um trabalhador tabaqueiro analfabeto: Custódio Gomes. E terá sido Custódio Gomes que, no dia seguinte, na reunião da Associação de Socorros Mútuos União Fraternal dos Operários dos Tabacos, fez a proposta da criação de um jornal da classe dos manufactores de tabaco.

Numa modesta casa do n.º 3 do Beco do Fróis, ao Menino Deus (hoje Rua de Norberto Araújo), tiveram lugar as reuniões das quais nasceu *A Voz do Operário*. Nelas participaram, entre outros, Eusébio Luís de Paula, Joaquim Augusto Dias, Júlio Maria da Costa, José Bento de Oliveira, Agostinho Alves de Sousa, Pedro Carvalho, Custódio Gomes e Custódio Brás Pacheco. Decidiram publicar um semanário e fixaram em 10 réis o preço do exemplar. Dessas reuniões saiu a redacção e a turma dos administradores. Constituiriam a redacção: Custódio Brás Pacheco, Eusébio Luís de Paula, Joaquim Augusto Dias, Júlio Maria da Costa, José Bento de Oliveira e Pedro José de Carvalho. Da administração ocupar-se-iam: Agostinho Alves de Sousa, João António Alves e Eusébio Luís de Paula, que figurava também como redactor. O primeiro número de *A Voz do Operário* saiu a 11 de Outubro de 1879.

Custódio Gomes teria sugerido, segundo a tradição registou, antes de concretizar uma proposta no quadro da Associação de que era filiado: «Soubesse eu escrever, que não estava com demoras. Já há muito que tínhamos jornal; bem ou mal, o que lá se disser é o que é a verdade. Amanhã reúne a nossa Associação e hei-de propor que se publique um periódico que nos defenda a todos e mesmo aos nossos companheiros de outras classes.»

Na proposta de Custódio Gomes, no espírito dos fundadores, depara-se-nos a clara intenção de publicar um jornal que, sendo o porta-voz de que careciam os operários manipuladores de tabaco, do mesmo passo que defendia os tabaqueiros, defendesse os «companheiros de outras classes».

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Costa Goodolfim, o benemérito paladino do movimento associativo, em 1876, no seu livro *A Associação*, ao referir-se à organização da classe dos tabaqueiros e, em particular, à Associação de Socorros Mútuos União Fraternal dos Operários da Fabricação do Tabaco, fundada em 1867, socorrendo-se dos apontamentos que lhe foram fornecidos por um operário da classe, escreveu: «A primeira [associação], a dos manipuladores do tabaco, foi fundada em 1862. A associação de socorro mútuo matriculou, até 25 de Julho de 1874, 583 sócios e existem 309. Grande número tem morrido de tísica, tuberculose, etc. O seu capital era de 462\$244 réis. A segunda organização, sob os estatutos da Fraternidade Operária, teve 2536 sócios, e o seu capital elevou-se a 1874\$385 réis, que foi despendido em greves. A terceira organização tem 106 sócios, que se federaram na Associação dos Trabalhadores. Fundaram já uma escola e um gabinete de leitura.»

Traçado o quadro do movimento associativo da classe dos tabaqueiros, descreve Costa Goodolfim, com tintas carregadas, a sua situação socioprofissional. Citamos: «A classe dos operários do tabaco é de todas, assim como as dos operários das minas, das mais desgraçadas. Os salários são pequeníssimos, a matéria em que trabalham danifica-lhes horrorosamente a saúde. Contemple-se as caras desses míseros e ver-se-á a sombra pálida da morte debuxada nas suas faces. Não é necessário mais que entrar numa fábrica, e ver-se-á como aquele pó subtil nos sufoca, a dificuldade com que respiramos. Médicos distintos têm já demonstrado as qualidades nocivas do tabaco, as enfermidades que produzem, o mal que causam a todos que dele usam. A grande mortalidade que se nota na classe dos manipuladores é uma prova irrefragável do mal que causa o tabaco.» (*A Associação*, Lisboa, 1876, reedição em 1974, p. 159.)

E o bom Costa Goodolfim interroga: «Mas como remediar este estado, se ele [o tabaco] dá para o Tesouro um tão grande rendimento e crescendo tão progressivamente?

«O rendimento dos direitos do tabaco na Alfândega foi:

Em 1872 .....	1 665 642\$766 réis
Em 1873 .....	1 893 933\$61 réis»

E, para permitir que os leitores tivessem uma ideia da importância relativa destes números, Costa Goodolfim indicava seguidamente os valores dos direitos gerais:

«Em 1871 a 1872 .....	2 753 189\$065 réis
Em 1873 a 1874 .....	3 366 747\$756 réis»

Mais de metade dos «direitos gerais», para o biénio de 1871-72 cerca de 61 %, eram provenientes dos direitos aduaneiros aplicados aos tabacos.

A importância da indústria dos tabacos no conjunto da incipiente indústria portuguesa da segunda metade do século XIX, a importância dos direitos e taxas relativos aos tabacos no conjunto das receitas do Estado, as péssimas condições de trabalho, a intensa exploração, as violências e os vexames da disciplina laboral, explicam que a classe dos tabaqueiros surgisse, na alvorada do associativismo operário, como um destacamento combativo e com uma grande capacidade de organização

Em 1879 era de crise a situação na indústria dos tabacos. Os trabalhadores sentem necessidade de reagir, de protestar, de levar o seu protesto à opinião pública. E sentem necessidade de realmente se constituírem como classe.

Na frase atribuída ao tabaqueiro Custódio Gomes — «Soubesse eu escrever, que não estava com demoras. Já há muito que tínhamos um jornal; bem ou mal, o que lá se disser é o que é a verdade. Amanhã reúne a nossa Associação e hei-de propor que se publique um periódico que nos defenda a todos e mesmo aos nossos companheiros de outras classes» — deparam-se-nos, numa linguagem imprecisa, primitiva com certeza, o esboço de algumas noções fundamentais: a necessidade de levar à classe a consciência possível da sua situação e da justeza do seu ponto de vista de classe: a de dar à classe dos tabaqueiros, como diríamos na linguagem sociológica dos nossos dias, uma «consciência de classe». Entendia Custódio Gomes que o que o jornal dissesse era a verdade; entendamos nós, relendo a frase, que Custódio Gomes tinha a compreensão de que o que viesse escrito no *jornal da classe* era a *verdade da classe*. Entendia Custódio Gomes que o jornal da classe defenderia *todos* os tabaqueiros, mas compreendia que o periódico da classe dos tabaqueiros poderia defender, igualmente, os «nossos companheiros de outras classes». Não seria um jornal — na consciência do operário que propõe a sua publicação — exclusivamente para os tabaqueiros, mas seria o jornal dos trabalhadores dos tabacos, destinado a transformar, pela força do associativismo operário e pela prática da reivindicação de classe, para usarmos conceitos de uso corrente da sociologia contemporânea, aquela «classe em si» na «classe para si», capaz de, como classe, se organizar e lutar.

O jornal *A Voz do Operário* teria por missão: «[...] pugnar denodadamente pelos interesses materiais e morais da classe que representa; concorrer quanto possível para a educação profissional e moral da classe operária e instrução do povo; defender os que sofrerem injustiças, vexames e violências; promover o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, e trabalhar incessantemente para o bem-estar social, em harmonia com o presente programa.»

Assina este artigo, editorial sem título do primeiro número de *A Voz do Operário*, Custódio Brás Pacheco.

Nascera em 27 de Novembro de 1828, em Vila Nova de Milfontes, e destacara-se na sua classe, a dos manipuladores do tabaco. Fizera a sua formação no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Ingressara na Fraternidade Operária com José Fontana, quando a experiência das greves revelara as contradições do Centro Promotor. Fora um dos fundadores da União Fraternal dos Operários da Fabricação do Tabaco, cujos estatutos, segundo regista Costa Goodolfim, se inspiraram nos estatutos da Fraternidade Operária. É um militante activo na época em que, esgotada a experiência interclassista do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, a classe operária faz a viragem para a luta de classes e para a criação do partido de classe. A Fraternidade Operária surge em 1872. O seu «simplicíssimo estatuto», para utilizarmos palavras de Nobre França, é da autoria de José Fontana. O Partido Socialista será criado em Janeiro de 1876 e à sua constituição estarão associados José Fontana, Antero de Quental e Azedo Gneco. Na carta escrita, a pedido de Sebastião Magalhães Lima e por este inserta no seu

livro *O Socialismo na Europa*, Nobre França, cumprindo «a promessa de esboçar o início do movimento socialista em Portugal», fala-nos dos progressos da organização da Fraternidade Operária, devidos à acção esforçada de Fontana e «graças à ardente dedicação de sinceros e honestos operários de todas as classes». Refere os números de filiados das «secções de resistência» e em relação aos tabaqueiros diz: «Na organização da numerosíssima classe dos manipuladores de tabaco, de Lisboa, apareceram organizadores e propagadores tão activos e inteligentes como Brito Monteiro, Pedro Carvalho, Júlio, Brás Pacheco e outros.»

Júlio, de seu nome completo Júlio Maria da Costa, e Pedro José de Carvalho farão parte, com Custódio Brás Pacheco, da redacção do jornal, mas logo no primeiro número Custódio Brás Pacheco se revelará, ele o militante tabaqueiro experiente, como um grande jornalista operário. Nesse primeiro número de *A Voz do Operário* são de Brás Pacheco o editorial, a continuação do editorial, que é um artigo independente, e os textos intitulados «Os manipuladores do tabaco», «Os operários», «A lei igual para todos» e «O saneamento da capital». Deve-se a Custódio Brás Pacheco mais de metade do texto do primeiro número de *A Voz do Operário*.

Luz no editorial um lampejo de internacionalismo proletário e nele se espelha a tendência para o abstencionismo político. Custódio Brás Pacheco é um operário combativo, conduziu os protestos e as lutas dos tabaqueiros, mas defende uma actividade de classe, num plano que será o do sindicalismo, independente, na definição e na prática, da actividade política e autónoma da organização de tipo partidário.

Se, por um lado, no editorial de que foi autor, abre as colunas de *A Voz do Operário* «aos manipuladores de tabaco d'outros países», condiciona, no entanto, essa «prova de boa camaradagem» ao tratamento de «assuntos que tenham por fim o melhoramento de classe». E é categórico, linhas adiante, no que concerne ao abstencionismo político. Citamos: «*A Voz do Operário* não está ligado, nem se ligará, a partido algum político, mas, como jornal independente, louvará os actos bons e condenará os maus, partam eles d'onde partirem e seja qual for a cor política do governo constituído.»

Não nos apressemos a julgar Custódio Brás Pacheco e a caracterizar a corrente ideológica a que, negando vinculações, o jornal *A Voz do Operário* parece vincular-se. Estamos a sete anos da constituição da Fraternidade Operária, a quatro anos da fundação do Partido Socialista, no ano do seu 3.º Congresso, realizado em Lisboa de 22 a 25 de Março, no qual se decide que «o Partido Socialista nunca mais se abstivesse de concorrer à luta eleitoral» e que mantivesse «absoluta intransigência com os partidos burgueses». A três anos da constituição do primeiro Directório do Partido Republicano. Dez anos depois, não já só o jornal, mas também a Sociedade Cooperativa *A Voz do Operário*, far-se-iam representar no Congresso Socialista Internacional, em Paris, em 1889, e aí tomariam posição no conflito que lavrava entre as duas alas do movimento operário: a marxista e a possibilista. Estamos também, nesse mês de Outubro de 1879, a três meses de 1880, o ano das grandes comemorações nacionais e populares do tricentenário de Camões, de que o Partido Republicano saberia tirar vantagem como força política e prestígio como *élite* intelectual.

Reinava o Senhor D. Luís havia dezanove anos e por mais nove reinaria. Um longo reinado de vinte e oito anos, que assistiria a duas rupturas decisivas: a *cultural* — a proibição das Conferências Democráticas do Casino e a consequente passagem da *inteligentzia* ao campo socialista e republicano; a *social* — o surto de greves que destruiria a concepção de uma evolução conduzida por organizações interclassistas e a consequente perda de influência do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, que levou à constituição da Associação de Resistência Fraternidade Operária. Segundo o Censo de 1878, éramos 4 160 315 portugueses. Segundo o *Inquérito Industrial de 1881*, a indústria dos tabacos ocupava 4021 trabalhadores. Se compararmos este número, o do total dos trabalhadores tabaqueiros em 1881, com o número de 2536, citado por Costa Goodolfim como sendo o dos tabaqueiros filiados na Fraternidade Operária, teremos uma ideia de densidade organizativa, de consciência e de militância de classe, se não esquecermos que a Fraternidade Operária surge, no momento em que o surto de greves operárias evidencia os limites próprios da estrutura interclassista da direcção do Centro Promotor, como associação de *resistência* destinada a apoiar os trabalhadores grevistas na sua luta. Com efeito, Costa Goodolfim, socorrendo-se dos apontamentos que lhe foram fornecidos por «um operário desta classe», informa que o «capital» da associação dos tabaqueiros, afiliada da Fraternidade Operária, «foi despendido com as greves».

O número de 4021 trabalhadores da indústria dos tabacos, apurado pelo *Inquérito Industrial de 1881*, deverá ser comparado com o do *Inquérito Industrial de 1852*: 1235 operários. Num quarto de século, o aumento dos efectivos da classe dos tabaqueiros triplica. Qual era a situação da indústria dos tabacos na altura em que tem início a publicação de *A Voz do Operário*?

O Prof. Armando Castro, no artigo relativo à entrada *tabaco* do *Dicionário de História de Portugal*, traça o seguinte quadro do desenvolvimento da indústria do tabaco em Portugal:

«Quando chegámos ao terceiro quartel do século passado, a indústria dos tabacos atingira um desenvolvimento tal que em breve ocuparia o primeiro lugar na indústria portuguesa, pelo que se refere ao valor da sua produção global, e certamente proporcionaria uma alta taxa de lucro. Compreendê-lo esclarece ao mesmo tempo das razões determinantes da projecção social e política de que esta indústria, com o protecçãoismo do Estado aos seus detentores, se viria a revestir em Portugal. É assim que, de harmonia com os dados fornecidos pelo *Inquérito Industrial de 1881*, existiriam então 16 fábricas e 6 oficinas neste sector, ocupando ao todo 4021 trabalhadores. A despesa com matérias-primas seria anualmente da ordem dos 2493 contos (para um consumo total da indústria de 8877, isto é, caber-lhe-ia um consumo superior a 25 % de todo o consumo de matérias-primas industriais); da potência industrial total em máquinas a vapor instaladas na indústria portuguesa caber-lhe-iam porém menos de 5 % (422 cv dum total de 9087) e as despesas médias em salários diários seria de 1134\$155, ao passo que a têxtil dos lanifícios pagaria quase o triplo desta quantia (3315\$135), havendo ainda mais três indústrias que estavam à sua frente pelo volume dos salários pagos (construção civil, têxtil, algodoeira e metalúrgica). Contudo, o primeiro lugar pelo que respeita ao valor da produção pertencia ao ramo dos tabacos, com cerca de 5622 contos, ao passo que a que se lhe seguia,

a têxtil algodoeira, produzia artigos com o valor de 5187 contos, a dos lanifícios com 3890 e as indústrias da alimentação produziam bens com um valor anual de 2328 contos. Por seu turno, cabia-lhe o terceiro lugar pelo que dizia respeito ao valor dos capitais iniciais (2555 contos, contra 3924 da algodoeira, vindo em segundo lugar a indústria dos lanifícios, com 2732 contos, e em quarto a metalúrgica, com perto de 1955).»

Traçado este quadro esclarecedor, Armando Castro, à laia de conclusão, observa: «Estas cifras revelam a importância económica fundamental da indústria dos tabacos nesta primeira fase do processo de industrialização portuguesa, tornando também compreensível a projecção social e política que então revestia [...]»

Vimos, na síntese de Armando Castro, qual era a situação da indústria dos tabacos no início do último quartel do século — e qual seria — cabe agora perguntar — a situação dos trabalhadores?

Raul Esteves dos Santos, a quem César Nogueira, numa página das suas *Notas para a História do Socialismo em Portugal* (vol. I, p. 143), chama o «ilustre cronista da Sociedade A Voz do Operário», diz-nos: «Datam de 1872 as primeiras reclamações publicadas na imprensa respeitantes à péssima situação em que viviam os componentes da desventurada classe dos tabacos. Essas justíssimas reclamações tiveram carinhosa guarida nas colunas do semanário *O Pensamento Social*, jornal das organizações proletárias» (in *Os Tabacos*, vol. II, p. 314).

Raul Esteves dos Santos, na obra póstuma, editada em 1974, *Os Tabacos e a Sua Influência na Vida da Nação*, indica como tendo sido a de Janeiro de 1873, na fábrica de Xabregas, a primeira greve dos trabalhadores tabaqueiros. Greve conduzida e apoiada pela Fraternidade Operária, associação de luta operária na qual os trabalhadores dos tabacos ocupavam um lugar proeminente pela sua capacidade associativa e pela sua importância numérica. Aquele que foi o «cronista» de *A Voz do Operário*, nas páginas dessa obra deixou-nos, com pinceladas sombrias, uma impressionante descrição das condições de trabalho e de vida dos tabaqueiros. Descrição que fielmente corresponde ao que nos dizem os textos publicados no jornal fundado para ser o órgão da classe.

Na segunda página do n.º 1 de *A Voz do Operário*, sob a epígrafe «Confissão ingénua e franca dos manipuladores de tabaco», um operário afirma: «Somos manipuladores de tabacos e isto quer dizer que pertencemos à camada mais obscura da sociedade.» Da situação de marginalização social a que se consideram votados, os tabaqueiros deduzem a necessidade de se instruírem. O semanário que decidem publicar não será só um porta-voz da classe, será também um lugar de debate e de esclarecimento, um meio de instrução e de consciencialização da classe dos tabaqueiros. Isto mesmo é dito por claras e simples palavras no primeiro número de *A Voz do Operário*. Citamos: «Pelo que franca e lealmente fica exposto se prova claramente que é esta a classe a que mais precisa de instrução e por isso resolvemos, em sessão da assembleia geral da nossa associação, publicarmos *A Voz do Operário*, porque, como a imprensa é a escola geral do povo, nela iremos aprendendo a conhecer os nossos deveres e direitos.» Custódio Brás Pacheco afirmaria: «Esforçar-nos-emos para que os nossos filhos não sejam tão ignorantes como nós [...]»

É todo um programa. A denúncia das péssimas condições de trabalho, da falta de higiene e de segurança nas instalações fabris, dos vexames

e das perseguições, da exploração dos trabalhadores, visa a consciencialização da classe operária em geral, e não apenas reforçar a organização e levar mais longe a combatividade dos tabaqueiros. No artigo, não assinado, intitulado «O estado actual da nossa instrução» fala-se genericamente de «a classe operária». Os trabalhadores considerando que «não há civilização, nem progresso sem que a maravilhosa invenção do imortal Gutenberg» — citamos o editorial de Custódio Brás Pacheco — «tome parte activa nesses trabalhos de perfeição social, é por isso que a Associação dos Manipuladores de Tabacos de Portugal vai publicar um jornal semanal intitulado *A Voz do Operário*, cuja missão é pugnar denodadamente pelos interesses materiais e morais da classe que representa; concorrer quanto possível para a educação profissional e moral da classe operária e instrução do povo; defender os que sofrerem injustiças, vexames e violências; promover o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, e trabalhar incessantemente para o bem-estar social, em harmonia com o presente programa».

Combinam-se neste *programa* os objectivos da classe dos manipuladores de tabacos e da classe operária em geral, com fórmulas de reformismo social referidas a um humanitarismo vago, inspiradas num ideal de desenvolvimento social que não tinha em conta as contradições da sociedade burguesa de Oitocentos. Alude-se ao «desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio» como se este não estivesse relacionado com a exploração dos trabalhadores. Propõem-se trabalhar «incessantemente para o bem-estar social», como se a conquista do bem-estar social não implicasse uma actividade modificadora da sociedade na qual os tabaqueiros se consideram «a camada mais obscura».

Custódio Brás Pacheco — que durante quatro anos foi o principal redactor de *A Voz do Operário* e faleceria em Dezembro de 1883 — defenderia o jornal como pura emanção da classe dos tabaqueiros, sem importações doutrinárias do exterior da classe, sem preocupações de teoria política. Citamos novamente o talentoso jornalista operário: «Nós, sérios mentores deste neófito, ensinámos-lhe a verdadeira doutrina. Não lhe ensinámos política porque para o mister a que se propõe não precisa dela. A sua existência há-de ser sossegada e só levantará a voz para proteger os que lhe deram o ser e livrá-los quanto possível do jugo tirano a que os querem submeter, e mostrar claramente a esses que se julgam senhores de roça que o homem, por ser operário, não é escravo, e como tal não deve ser tratado.»

No artigo «Os operários», igualmente da autoria de Custódio Brás Pacheco, a linguagem é dura, o propósito é legalista. Escreve Custódio Brás Pacheco: «Queremos porém, como operários, levar à evidência que nos assiste o direito de, pelos meios legais, pugnarmos pelos nossos interesses materiais e morais, fazermos sentir aos nossos opressores que, pelo trabalho e pela palavra, temos a força precisa para sacudirmos o jugo de ferro que nos quiseram impor, e bem assim demonstrarmos, com argumentos indestrutíveis, que a classe operária desempenha um importante papel no teatro do mundo [...]»

Os textos de Custódio Brás Pacheco são claros quanto ao diagnóstico, não indicam o remédio. Evitam as posições partidárias, recusam a teoria e a prática políticas, embora se revistam de uma grande veemência na condenação das situações. Por exemplo, nesse mesmo artigo que tem

o título «Os operários», Custódio Brás Pacheco escreve conclusivamente: «Não queremos dizer com isto que os ricos repartam os seus haveres bem ou mal adquiridos connosco, o que desejamos é que não seja tudo para o capital monetário e nada para o capital trabalho, que haja justiça e equidade, que não vivam os ociosos na opulência e os que trabalham na miséria, e, finalmente, que deixem de haver escravos e senhores.»

No artigo «A lei igual para todos», que também é assinado por Custódio Brás Pacheco, salta a acusação que traduz a perfeita consciência da exploração capitalista desenfreada a que os tabaqueiros estão submetidos: «A indústria do tabaco tem feito muitos milionários e representa a verba mais importante na receita do Estado [...]» Todavia, como o jornal recorda, vivia-se uma época de crise. O melhor será reproduzirmos o texto intitulado «Ainda a crise», do primeiro número de *A Voz do Operário*: «Desde 25 de Abril do corrente ano — corria o ano de 1879 e o jornal tinha a data de 11 de Outubro — «que começou a terrível crise que tem afligido a classe dos manipuladores de tabacos, a qual, apesar de estar em algumas fábricas um pouco atenuada, existe ainda noutras no mesmo estado, como vamos demonstrar. Na fábrica de Santa Justa estão cigarreiros há mais de cinco meses consecutivos auferindo a diminuta quantia de 180 a 200 réis nos dias úteis. Na oficina das onças da mesma fábrica é uma completa miséria, tem havido semanas em que as operárias trabalham só 12 a 14 horas por semana [...] Na Regalia, nas semanas findas em 20 e 27 de Setembro último, nas oficinas de charutos finos, ganharam os operários 640 réis por semana e as operárias 480 réis. Na fábrica Lusitana não houve trabalho na semana finda em 4 do corrente [...]» No número seguinte, o n.º 2, o semanário rectificava que só faltara trabalho «nas oficinas de charutos cortados e de charutos para picar». Mas este escrúpulo de rigor não diminui a extensão da crise. Informa Raul Esteves dos Santos (*op. cit.*, p. 323) que a crise «durou largos meses e [...] motivou subscrições nos jornais para evitar actos de desespero, o que não impedia que muitos tabaqueiros numa angústia cruciante tivessem de estender a mão à caridade, para não morrerem de fome». O Governo, solicitado para socorrer os tabaqueiros, declarou estar desprovido de meios. E a Câmara Municipal de Lisboa concedeu, durante dois meses, um subsídio semanal de 250\$000 réis, o que justifica um agradecimento à «Ex.<sup>a</sup> Câmara Municipal de Lisboa», na primeira página do n.º 1 de *A Voz do Operário*.

A crise é uma das negras faces da medalha. Outra face negativa e triste são as condições de trabalho. O artigo de Custódio Brás Pacheco, que tem o título «Os manipuladores de tabaco», do n.º 1 de *A Voz do Operário*, fala da situação dos trabalhadores, alude às suas reivindicações e refere o vexame da apalpação. Citamos: «Existe ainda em algumas fábricas um costume muito antigo, que, além de ser um dos maiores aviltamentos e vexames, agrava a triste situação destes infelizes obreiros e concorre muito para as doenças que nele são muito vulgares, a tísica. É o caso: os operários, ao saírem das oficinas, são apalpados por um apalpador, da cabeça até aos pés, indo eles nessa ocasião descalços e com sapatos, chapéus e lenços na mão.» Vêm estes vexames juntar-se às péssimas condições de higiene nas fábricas. Os operários não têm local para fazer as refeições, comem coisas frias na própria oficina, nos corredores, nas latrinas. No n.º 5, o semanário publica uma correspondência de fábrica; citamos: «Queixam-se os operários da Fábrica de Tabacos

Regalia contra o regulamento aí existente, em que os obriga a irem comer a um certo corredor, que serve de ponte e que tem 10 metros de comprimento por 1 de largo e em cuja ponte não existe um único banco ou banca onde eles operários possam colocar qualquer objecto que levem para a refeição [...]» No n.º 4 de *A Voz do Operário*, um colaborador, M. V. Ventura, resume a situação dos tabaqueiros numa simples frase: «O manipulador de tabaco não é mais do que um escravo branco.»

São os tabaqueiros uma classe com um alto grau percentual de organização. Mais de metade da classe aderira à Fraternidade Operária. Todavia, no n.º 2, publicado a 18 de Outubro de 1879, a inicial J. firmava um artigo de um dos fundadores, Júlio Maria da Costa, no qual se dizia: «É muito débil ainda a voz da classe proletária que brada e anseia pela completa emancipação dos seus irmãos escravos ainda por velhos ódios do capital.» E nesse mesmo número, num artigo sem título, Justino de Aragão afirmava: «Todas as classes são, por seu turno, pela evolução que constantemente agita a humanidade, chamadas a contribuir para o aperfeiçoamento da constituição da sociedade.» O breve artigo conclui: «Os manipuladores de tabaco vêm ao campo da legalidade reclamar o direito de uma norma universal existente na consciência humana, fundados numa lei existente na natureza. Essa norma chama-se Justiça. Essa lei chama-se trabalho.»

Ressoam neste texto, assinado por Justino de Aragão, ecos de Marx e de Proudhon. O Oliveira Martins da *Teoria do Socialismo* dele não estará longe. Nestes primeiros meses de publicação de *A Voz do Operário*, ao contrário de Custódio Brás Pacheco, Justino de Aragão mostra-se preocupado com os aspectos doutrinários. No n.º 9 de *A Voz do Operário*, datado de Dezembro de 1879, num artigo intitulado «Os operários através dos séculos», os nomes de Karl Marx e Friedrich Engels surgem-nos emparceirados com os de Victor Hugo e de Blanqui, com os de Antero de Quental e de Oliveira Martins. Citamos: «Agora, pois, que chegámos a uma época em que o proletariado vai conhecendo os seus direitos, agora que temos como guias na senda da nossa emancipação Victor Hugo, Marx, Engels, Blanqui, Antero de Quental, Oliveira Martins e outros mais, não deixemos perder este precioso momento e empenhemos todas as nossas forças em nos colocar no lugar a que temos direito como homens e como trabalhadores! Somos chegados aos umbrais do século xx. Por ele seremos julgados, chamar-nos-á: imbecis ou enérgicos. Cumpre escolher.»

Apelo directo à intervenção política, este de Justino de Aragão. O semanário *A Voz do Operário* tem menos de dois meses de publicação. Saíram 9 números. Já o abstencionismo político preconizado por Custódio Brás Pacheco começa a limitar-se à recusa de uma ligação directa: «*A Voz do Operário* não está ligado, nem se ligará a partido algum político [...]» Esta afirmação categórica não impedirá que o jornal e os leitores se preocupem com a política. No n.º 4, de 1 de Novembro de 1879, uma correspondência do Porto dirigida ao «Companheiro redactor» e firmada por Bessa Carvalho fala das eleições realizadas em 19 de Outubro. Os candidatos socialistas Alfredo César da Silva, Eudóximo Azedo Gneco e Oliveira Martins tinham totalizado 69 votos, o republicano Rodrigues de Freitas tivera 166, Mariano de Carvalho, governamental, obtivera 1630. Em Lisboa, os candidatos socialistas, Ermelindo Martins, Nobre França e Antero de Quental, tinham, em conjunto, alcançado 130 votos. E Bessa

de Carvalho, sobre as eleições no Porto, comentava: «Os partidos burgueses fizeram com que o acto eleitoral fosse o mais vergonhoso e escandaloso possível, até causa tédio falar nos actos que se praticaram de parte a parte; basta dizer, em resumo, por toda a parte a corrupção, a veniaga, o insulto, a infâmia. O Partido Operário Socialista foi o único que não lutara senão por meios legais, e por isso mesmo é que só teve 69 votos, mas esses poucos que teve não foram levados à urna por empenhos, nem por dinheiro, foram por convicção [...]»

Na expressão «partidos burgueses», como é óbvio, o Partido Republicano está incluído. Entre os fundadores de *A Voz do Operário*, do jornal e depois da sociedade cooperativa, encontramos socialistas intervencionistas e socialistas abstencionistas. O anarco-sindicalismo não fizera ainda a sua entrada em força no movimento operário português. Mas os conflitos de ideias, as discussões táticas, as solicitações políticas, não ficavam às portas de *A Voz do Operário*. Custódio Brás Pacheco seria chamado, como delegado do jornal *A Voz do Operário*, a participar na comissão que organizou as celebrações do centenário de Camões. Ele próprio, nas colunas do jornal, conduz o combate político, escusando embora a «paixão partidária». Contra Mariano de Carvalho, «ditador do actual Ministério», escreve com a sua habitual modéstia, mas com firmeza: «Ao escrevermos estas toscas linhas, não nos moveu a paixão partidária, mas sim o sentimento de confraternidade e o desejo de pugnarmos pelos interesses da classe operária, em harmonia com o programa do nosso jornal.» No n.º 14 é a pena de Custódio Brás Pacheco que dá combate aos «novos impostos» e o seu artigo termina com palavras de ordem categóricas: «Abaixo os novos impostos, enquanto se não fizerem economias radicais onde se devem fazer»; «Abaixo os novos impostos, enquanto o Governo não cumprir o seu programa.»

Como observa Raul Esteves dos Santos, o aparecimento do jornal *A Voz do Operário* veio dar uma escandalosa publicidade às péssimas condições de trabalho e de higiene das fábricas. Com os dos tabaqueiros eram, de um modo geral, todos os problemas das classes trabalhadoras que o jornal ventilava e tornava conhecidos. A agitação de que *A Voz do Operário* foi impulsionadora teve como consequência a decisão governamental de mandar proceder a um inquérito às actividades industriais. Determinado por Decreto de 7 de Julho de 1881, o inquérito industrial foi realizado por uma comissão nomeada pelo Governo, que se dividiu em duas subcomissões. A de Lisboa era constituída por António Augusto de Aguiar, Eduardo Coelho, Augusto César Ferreira de Mesquita, Luís Augusto Palmeirim, Tito Augusto de Carvalho; a do Porto, por A. F. Carneiro da Silva, Joaquim António Gonçalves, António Manuel Lopes Vieira de Castro e Joaquim Pedro Oliveira Martins. Dos seus trabalhos resultou o *Inquérito Industrial de 1881*.

Com os jornais do Partido Socialista, *O Protesto*, que se publicava em Lisboa, *O Operário*, que se publicava no Porto, antes de se terem fundido para darem lugar a *O Protesto Operário*, enfileira *A Voz do Operário*, como órgão de agitação e de denúncia ao serviço das classes trabalhadoras, em particular da classe dos manipuladores dos tabacos. A sua vida não é fácil. O jornal era divulgado entre os tabaqueiros e vendido directamente ao público. Vendia-se, avulso, a 10 réis e o preço por séries de 10 números era de 100 réis em Lisboa e de 125 réis quando enviado para a província. A redacção funcionava na Associação

dos Manipuladores de Tabacos, no n.º 3, 1.º andar, do Beco do Fróis. A publicidade para o jornal era recebida na Rua Nova da Palma, n.º 150.

Do jornal respigamos estas indicações. E nos primeiros números de *A Voz do Operário* recolhemos dados sobre os locais de venda. Vê-se que houve a intenção de colocar o jornal à venda em diversas zonas da cidade, e não apenas nas áreas confinantes com as fábricas de tabacos. Quis-se um jornal porta-voz dos tabaqueiros, mas quis-se um jornal agitador da classe operária. Assim, logo no segundo número, o semanário publica uma lista dos postos de venda: Quiosque do Rossio, Quiosque do Aterro, Quiosque da Patriarcal; na Rua do Ouro, n.º 64, tabacaria; na Rua Nova da Palma, n.º 172, tabacaria; na Rua da Madalena, n.º 222, tabacaria; na Rua de Santa Marinha, 42, tabacaria; na Rua Direita do Sacramento à Pampulha, n.º 52, tabacaria; na Rua dos Remédios, n.º 32, loja de barbeiro; na Rua do Vigário, n.º 20, loja de barbeiro; na Rua Direita de Alcântara, n.º 43, loja de barbeiro. A lista aumenta no n.º 3, com a Rua do Paraíso, n.º 40; mercearia. No n.º 9 volta a aumentar a lista dos postos de venda: Rua dos Cavaleiros, 115, estanco; Rua de São Pedro, n.º 37, loja de barbeiro. No n.º 15, mais um posto de venda: Largo do Salvador, n.º 14, loja de barbeiro.

O jornal corria na velha Lisboa popular e proletária e tornar-se-ia um importante veículo de comunicação social e de consciencialização de classe. Nas suas páginas encontramos notícia das actividades políticas, das reivindicações sociais, das lutas dos trabalhadores. Mas conheceu dificuldades, quanto à sua difusão teve problemas, os seus leitores eram notados e perseguidos nas fábricas. Alguns colaboradores adoptavam pseudónimos.

Para obviar a dificuldades da publicação do jornal, numa assembleia de tabaqueiros realizada no dia 13 de Fevereiro de 1883 foi constituída a Sociedade Cooperativa *A Voz do Operário*. César Nogueira, nas suas *Notas para a História do Socialismo em Portugal* (vol. I, p. 142), escreveu que na velha Alfama, então um reduto do «movimento socialista e operário», por essa época «se criaram fortes baluartes» e que uma «dessas fortalezas foi a fundação, a 13 de Fevereiro, da Sociedade Cooperativa *A Voz do Operário*, com o intuito de sustentar a publicação do órgão *A Voz do Operário*».

Finalidade principal, mas não exclusiva. Os estatutos da Sociedade Cooperativa, predecessora da actual Sociedade de Instrução e Beneficência, foram redigidos por Custódio Brás Pacheco e estabeleciam, como finalidades sociais, as seguintes: «Estudar o modo de resolver o grandioso problema do trabalho, procurando, por todos os meios legais, melhorar as condições deste, debaixo dos pontos de vista económico, moral e higiénico: — Estabelecer salas, gabinetes de leitura, caixa económica e tudo quanto em harmonia com as sociedades desta natureza, e com as circunstâncias do cofre, possa concorrer para a instrução e bem-estar da classe trabalhadora em geral e dos sócios em particular.»

Na fase inicial, o número de sócios era de 316. Foram eleitos para os primeiros corpos gerentes da Sociedade Cooperativa: além de Custódio Brás Pacheco, Soto Maior Júdice, José Bento de Oliveira, Francisco Rodrigues, Conceição Puga, Conceição Pires, Manuel José Moreira, Damásio da Graça, Pedro José de Carvalho, Vítor José de Sousa, Joaquim Gomes, Corregedor da Fonseca e Bento Marques. Segundo informa César Nogueira, «na sua maioria elementos activos do Partido Socialista».

Esta fase da história de *A Voz do Operário* foi evocada por Raul Esteves dos Santos num texto curioso, editado em 1944, que tem o título simbólico de *História do Vintém Encantado*.

Vintém a vintém viveu *A Voz do Operário*. Com a quotização semanal de vinte réis quiseram os tabaqueiros manter o porta-voz da classe e oferecer uma tribuna de educação, de agitação e de combate aos trabalhadores das outras classes laboriosas.

Perder-nos-íamos na evocação dos nomes dos jornalistas operários e dos colaboradores deste semanário nos anos do último quartel de Novecentos. Mas importa fixar, para sublinhar a importância política e histórica de *A Voz do Operário*, que os números do jornal encerram um tesouro de informações, testemunhos insubstituíveis, dados importantes, que por eles nos chega o eco do debate de ideias no seio do movimento operário do último quartel do século passado, que neles ficou impresso o rastro de uma evolução que deverá interessar o militante operário de hoje e que interessa ao historiador contemporâneo da sociedade, das ideias e das mentalidades.

Em 1889, dez anos depois da publicação do primeiro número de *A Voz do Operário*, a querela entre *marxistas* e *possibilistas* dividia o movimento operário. Não deixaria de se reflectir nas páginas do semanário que quisera, na orientação inicial de Custódio Brás Pacheco, manter-se alheado da política.

Em 1889, André Gély, delegado das associações operárias federadas na Bolsa do Trabalho de Paris, veio a Portugal. Nesse ano celebrar-se-iam em França dois congressos rivais do movimento operário: o dos *marxistas*, possibilistas seguidores da orientação de Jules Guesde, Bebel, Lafargue; e o dos *possibilistas*, onde pontificavam Paul Brusse, John Burns, Hyndmann. André Gély conquistou apoios e participantes para o *congresso possibilista*. Fizeram-se representar no Congresso de Paris: as organizações socialistas do Norte, por Francisco Viterbo de Campos, operário marceiro; as organizações socialistas do Sul, por Manuel Luís de Figueiredo, operário gráfico. André Gély era também detentor de uma delegação portuguesa: a da dupla representação da Sociedade e do jornal *A Voz do Operário*.

No n.º 481 de *A Voz do Operário* encontramos referência a este facto e às condições postas a essa representação, confiada ao socialista francês André Gély. A Sociedade *A Voz do Operário* começou por recusar a participação no Congresso de Paris por não ser uma «associação de carácter exclusivamente socialista», mas reconsiderou, dada a importância das questões de natureza económica que o Congresso se propunha abordar. Em assembleia geral realizada a 10 de Fevereiro de 1889 decidiu encarregar André Gély de representar a Sociedade e o jornal no Congresso Operário Internacional de Paris e nele afirmar a «adesão a todas as questões económicas que tenham em mira o bem-estar da classe trabalhadora em geral». Assim o refere *A Voz do Operário*, n.º 507. O documento que acreditava André Gély foi assinado por João Ramos Lourenço.

Os delegados portugueses tiveram uma participação nos trabalhos do Congresso Internacional. Francisco Viterbo de Campos e Manuel Luís de Figueiredo representavam o Partido Socialista e as secções norte e sul da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa.

Perguntar-se-á qual a razão de *A Voz do Operário* não ter confiado a sua representação a qualquer dos delegados portugueses. Não era Manuel Luís de Figueiredo, apesar de não ser tabaqueiro, sócio de *A Voz do Operário*? Que motivo determinou a escolha de André Gely como representante da Sociedade e do jornal? Terá pesado na decisão a circunstância de o congresso *possibilista* se propor abordar questões económicas e laborais e vir recomendado pela Bourse du Travail de Paris?

Na sessão nocturna realizada no dia 18 de Julho, a que presidiu Manuel Luís de Figueiredo, foi aprovada a proposta das 8 horas de trabalho como máximo diário a ser fixado por lei. Dois dias antes, a 16 de Julho, Viterbo de Campos, o delegado dos socialistas e das associações do Norte, pronunciara-se pela impossibilidade da fusão dos dois congressos: o *possibilista* e o *marxista*. No congresso *marxista*, ou, mais rigorosamente, *guesdista*, figurava um português, Xavier de Carvalho, que não recebera mandato de qualquer organização operária portuguesa. Ele próprio o terá reconhecido, a acreditarmos na informação de Manuel Luís de Figueiredo publicada no n.º 387 de *O Protesto Operário*. Era Xavier de Carvalho um distinto jornalista portuense que em 1885 fora residir para Paris e criara relações estreitas nos meios jornalísticos, literários e políticos franceses. Com o socialista francês Benoît Malon e o deputado italiano Cipriani fundou a *Fédération Universelle des Peuples*, que se apresentou como sucessora da Internacional. Xavier de Carvalho era republicano socialista, como Sebastião Magalhães Lima, de quem foi amigo e colaborador. *Marxista*? Não seria propriamente. Nem fora mandatado por aqueles que contestavam, entre nós, a corrente *possibilista*. A sua presença num dos congressos socialistas de 1889 terá a justificação das suas relações com socialistas franceses.

A missão de André Gély parece ter tido como objectivo motivar os socialistas portugueses para se fazerem representar em Paris. Por essa altura, Manuel Luís de Figueiredo estava em oposição a César Eudócio Azedo Gneco. Xavier de Carvalho não devia ser um desconhecido para Manuel Luís de Figueiredo. Encontramos, com os de Nobre França, de Antero de Quental e de outros socialistas, os nomes de ambos no elenco de colaboradores do *Almanaque José Fontana*, editado no ano de 1885.

Para *A Voz do Operário*, desde o abstencionismo político de Custódio Brás Pacheco até à representação no congresso *possibilista* de Paris tinham decorrido dez anos e fora percorrido um longo caminho. Adivinham-se os contornos do problema. Mas nem tudo é claro. Nem tudo está iluminado e esclarecido. Há páginas da história do movimento operário e socialista que estão por investigar e por escrever.